



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 23 E 24 DE JULHO DE 2015

1 No dia 23 de julho de 2015 realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
2 dos Direitos Humanos, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos Humanos  
3 da Presidência da República em Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta:  
4 aprovação da ata da 6ª Reunião Ordinária; informes; criação dos fluxos das  
5 competências do CNDH; criação de comissão para estabelecer os fluxos e competências  
6 do CNDH e sobre o processo de apuração de condutas contrárias aos direitos humanos e  
7 suas sanções; análise do relatório da Missão Aldeia Gavião; relatório da CPI dos Jovens  
8 Negros e Pobres; proposta de ações sobre espaços de privação de liberdade propostos  
9 pela conselheira Luciana Lóssio; leitura e análise do Relatório da UHE Belo Monte.  
10 Estiveram presentes na reunião como conselheiros **representantes da sociedade civil:**  
11 **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do  
12 Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular), **Cristian Trindade Ribas**  
13 (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular), **Everaldo Bezerra**  
14 **Patriota** (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), **Carlos Magno Silva Fonseca**  
15 (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –  
16 ABGLT), **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular),  
17 **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR,  
18 titular), **Rildo Marques de Oliveira** (Movimento Nacional de Direitos Humanos –  
19 MNDH, titular), **Maria Dirlene Trindade Marques** (Rede Nacional Feminista de  
20 Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, RNFS, titular), **Vera Paiva** (Conselho  
21 Federal de Psicologia – CFP, titular), **Cristiana Soares de Holanda** (Associação  
22 Brasileira de Ostomizados - ABO), **Maria Madalena Nobre** (Federação Brasileira da  
23 Associações de Síndrome de Down- FBASD). Como conselheiros **representantes do**  
24 **Poder Público estiveram presentes:** **Paulo Roberto Maldos** (Secretaria de Direitos  
25 Humanos da Presidência da República – SDH/PR, suplente), **Pedro Saldanha**  
26 (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente), **Adalton de Almeida Martins**  
27 (Polícia Federal, titular), **Célio Jacinto dos Santos** (Polícia Federal, suplente), **Gabriel**  
28 **de Carvalho Sampaio** (Ministério da Justiça – MJ, titular), **Claudionor Barros Leitão**  
29 (Defensoria Pública da União – DPU, suplente), **Luciana Lóssio** (Entidade de  
30 Magistrado, Conselho Nacional de Justiça, titular), **Aurélio Virgílio Rios** (Procuradoria  
31 Geral da República-PGR, suplente), **Luciano Mariz Maia** (Procuradoria Geral da  
32 República-PGR, suplente). Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH:** **Maria**  
33 **Gutenara Martins Araújo** (Coordenadora-Geral do CNDH), **Cláudio Picanço**  
34 **Magalhães e Cristiane de Castro da Cruz** (assessores do CNDH). A reunião contou  
35 também com a presença dos **participantes:** **Fernando Campagnoli** (SPU/MPOG),

36 **Verônica Sanchez** (SEPAC/MPOG), **Poliana Correia** (SEPAC/MPOG), **Clarice**  
37 **Copetti** (Norte Energia S/A) **Agnaldo Lima** (Norte Energia S/A), **Igor Valois**  
38 (PFDC/MPF), **Luana Nathalie Basilio** (Plataforma Dhesca), **Rafaela Pires** (MPA),  
39 **Luciano Roda** (SPU/MPOG), **Thomaz Toledo** (IBAMA), **Artur Mendes** (FUNAI),  
40 **Thiago Garcia** (SDH/PR), **Maria Janete Carvalho** (FUNAI), **Patrícia Sommer**  
41 (FUNAI), **Letícia Camargo** (MPA), **Rita Alves Silva** (MME), **Mauro Souza** (MME),  
42 **Bruna Lóssio** (CNJ), **Leonardo Póvoa** (MME), **Milena Flores** (Senado Federal),  
43 **Maria da Conceição Lima Alves** (Senado Federal), **Alexander Takitomi** (Polícia  
44 Federal). A Secretária Executiva do CNDH, **Maria Gutenara**, iniciou a reunião  
45 informando que o Presidente do Conselho, Ministro Pepe Vargas, não poderia estar  
46 presente, pois teria assumido o compromisso de participar do evento que marca o  
47 aniversário do massacre da Candelária, no Rio de Janeiro, na mesma data. Informou  
48 também que a Vice-presidente Ivana Farina, não estaria presente e havia justificado sua  
49 ausência também, mas que viria no dia seguinte para presidir a reunião. A Plenária foi  
50 então presidida pelo conselheiro Gabriel Sampaio, membro da Mesa Diretora do  
51 Conselho. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** iniciou o primeiro ponto de pauta  
52 questionando o Plenário se haveria alguma consideração em relação à ata da 6ª Reunião  
53 Ordinária. Algumas correções pontuais foram apresentadas e em seguida, aprovada a ata  
54 da 6ª Reunião Ordinária. Dando continuidade à pauta, o conselheiro **Gabriel Sampaio**  
55 **(MJ)** abriu para os informes. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** relatou os  
56 trabalhos da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos  
57 Humanos, ocorridos no dia anterior. Segundo o conselheiro, a Comissão trabalhou com  
58 os pontos pendentes do Regimento Interno da Conferência. Informou que a Comissão  
59 incluiu um novo objetivo que trata do direito à memória, verdade e justiça e reparação  
60 dos crimes da escravidão, da ditadura e da democracia. Informou também sobre os eixos  
61 e subeixos previstos no Regimento que deverão ser debatidos na Conferência. O  
62 conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)**, perguntou se haveria alguma colocação por parte  
63 dos conselheiros sobre as considerações apresentadas. O conselheiro **Carlos Magno**  
64 **(ABGLT)** fez o pedido de inclusão do termo “identidade de gênero” no texto, pois há  
65 citação apenas da orientação sexual e parabenizou pelos trabalhos da Comissão. O  
66 conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** chamou a atenção para a parte do texto do  
67 Regimento Interno onde pede as informações de RG e CPF dos delegados escolhidos na  
68 etapa estadual que participarão da etapa nacional. Segundo o conselheiro, muitas  
69 pessoas em situação de rua não possuem tais documentos, o que pode ser um  
70 mecanismo de exclusão desse público de participar como delegados. O conselheiro  
71 **Rildo Marques (MNDH)**, membro da Comissão Organizadora, destacou que a  
72 população em situação de rua é bem vinda em todas as etapas da Conferência e  
73 ressaltou que cabe às organizações locais informar a existência de participantes e  
74 delegados escolhidos que não possuem os documentos solicitados e que este jamais será  
75 um requisito de impedimento à participação no processo das conferências. Disse ser  
76 muito importante que o movimento da população em situação de rua incentive esse  
77 público a participar e que não acredita que esse item específico do Regimento irá  
78 impedir a participação do seguimento. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)**  
79 complementou a sua fala lembrando a todos que a exceção não pode ser tratada como



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

80 uma regra, salientando que, para o caso apresentado pelo conselheiro, cabe à comissão  
81 organizadora levantar quem não tem CPF e, a partir disso, não inviabilizar o processo  
82 de participação. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** informou que anotou como  
83 encaminhamento das discussões que a Comissão Organizadora circulará uma  
84 recomendação a respeito desse caso e outros que estão omissos no regimento. Em  
85 seguida, passou a palavra para o Secretário Executivo da SDH/PR, **Gerson Luis Ben** e  
86 para a chefe da assessoria da Secretaria Executiva, **Caroline Reis**, para os informes  
87 sobre a reunião e os trabalhos do Comitê Executivo das conferências conjuntas. O  
88 Secretário Executivo **Gerson Luis Ben (SE/SDH)** saudou a todas as pessoas presentes,  
89 apresentou-se e informou que um dos desafios mais importantes das conferências  
90 conjuntas seria encontrar um local capaz de abrigar tantos delegados no período de uma  
91 semana de concentração. Por conta disso, a data que teria sido anteriormente prevista,  
92 que seria a primeira semana de maio de 2016, não seria mais possível, pois para aquele  
93 mesmo período está previsto o evento da Marcha dos Prefeitos. Dessa forma, foi  
94 decidido antecipar em uma semana as Conferências Conjuntas, ficando para o período  
95 entre 25 e 29 de abril de 2016. Informou também que até o final do mês terá a  
96 finalização da contratação das consultorias que serão responsáveis pelos textos  
97 referenciais que foram citados. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** agradeceu ao  
98 Secretário Executivo **Gerson Ben** e prosseguiu com a pauta. O conselheiro **Carlos**  
99 **Magno (ABGLT)** solicitou a palavra para informar sobre a sua participação no  
100 encontro nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais, onde representou o  
101 CNDH. Ressaltou a importância do Ministério Público na defesa dos direitos.  
102 Comunicou que o encontro foi invadido por procuradores e procuradoras  
103 fundamentalistas e conservadoras que levaram questões para a disputa política do  
104 encontro. Disse que este grupo propôs, entre outras, cota para eurodescendentes, a  
105 liberação dos agrotóxicos, a retirada de orientação sexual e identidade de gênero dos  
106 textos. Ressaltou que graças à participação de vários procuradores progressistas, foi  
107 possível aprovar um bom texto. Disse que irá disponibilizar os vídeos do encontro à  
108 Secretaria Executiva do CNDH e aos conselheiros. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)**  
109 concordou com o conselheiro Carlos Magno e disse que estava ciente de tudo que havia  
110 acontecido. Falou que o conselheiro suplente, Luciano Mariz Maia, presenciou  
111 situações desagradáveis, em todos os grupos. Disse que foi identificado um grupo  
112 radical chamado Grupo Brasília, que possui integrantes dentro do Poder Judiciário, do  
113 Ministério Público, da OAB e entre os gestores do Poder Executivo. Informou que um  
114 colega que trabalha na questão de gênero no Ministério Público está sendo vítima de  
115 bullying por ter uma posição de esquerda, ressaltou que esses grupos são e estão cada  
116 vez mais ferozes. Falou também de um ponto que deve ser tratado com muito cuidado  
117 que é o discurso de ódio nas redes sociais. Disse estar preocupado, pois é provável que  
118 nas conferências conjuntas essas pessoas possam estar presentes e causarem embates. A  
119 conselheira **Vera Paiva (CFP)** disse que a experiência dela tem sido a mesma em quase

120 todos os fóruns em que participa. Acrescentou que os progressistas estão sofrendo  
121 bullying em todos os espaços, sem exceção. Falou que, em sua opinião, estamos em  
122 uma conjuntura de resistência, e que alguns jovens que ali estavam não viveram a  
123 experiência da resistência democrática e luta pelo fim da ditadura. Em seguida falou de  
124 sua preocupação com o aumento das prisões arbitrárias, de produção de provas ou da  
125 eliminação de provas em um processo. Relatou em seguida, sobre a questão da violência  
126 pela internet que precisava ser vista com muita urgência. O conselheiro **Pedro**  
127 **Saldanha (MRE)** disse que é muito importante registrar que em novembro do corrente  
128 ano irá acontecer em João Pessoa o Fórum Internacional Governança na Internet e o  
129 Ministério das Comunicações está organizando um seminário sobre a liberdade de  
130 expressão e direitos humanos na internet. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)**  
131 disse que o momento atual seria de grande banalização da morte e que está sendo criado  
132 um consenso de que qualquer pessoa que critique é a favor de bandido, reforçado pelo  
133 discurso de ódio na internet. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** ressaltou a  
134 importância de se buscar meios de fazer um contra ponto e pediu ao conselheiro Aurélio  
135 Rios informações sobre as ações do Ministério Público sobre a violência nas redes  
136 sociais. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** informou que a Procuradoria Geral de  
137 Defesa do Cidadão - PFDC recebe representações, inclusive das ouvidorias da SDH, da  
138 SPM e SEPPIR, a respeito do discurso de ódio, ódio contra nordestino, ódio contra o  
139 povo judeu, ódio contra a esquerda, ódio principalmente contra os homossexuais, contra  
140 a comunidade LGBT e que tem percebido o aumento desses casos. Informou que o  
141 Ministério Público irá promover cinco encontros regionais (em Porto Alegre, São Paulo,  
142 Rio de Janeiro, Brasília e Recife) onde será tratado esse assunto. Em setembro será  
143 realizado um seminário internacional sobre a questão da regulação da mídia, sobre a  
144 liberdade de expressão. Disse que o poder Judiciário deveria revisar essa questão.  
145 Ressaltou que o Ministro Ayres Brito ao tratar da liberdade de expressão não colocou  
146 alguns contrapesos. Informou que não há hoje uma forma de responsabilização em  
147 relação ao que é divulgado, especialmente em relação à pessoa física. Informou ainda  
148 que o Ministério Público possui um GT que trata de crimes cibernéticos. Sugere que o  
149 Estado divulgue como forma positiva os casos em que as pessoas utilizaram mal a  
150 internet para provocar dano ou sofrimento às pessoas ou grupos e foram punidas.  
151 Acrescentou que a ONG SaferNet-Brasil em conjunto com o GT de Enfrentamento aos  
152 Crimes Cibernéticos do MPF possuem um projeto na PFDC de educação digital nas  
153 escolas, e que no Rio Grande do Sul, onde foi lançado, houve mais de cento e cinquenta  
154 diretores de escola inscritos. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** chamou a atenção que  
155 esse debate, essa reflexão, dá ao Conselho uma importância para o país refletir sobre o  
156 que está acontecendo em termos de direitos humanos. Disse que desconstruir a  
157 Constituição Federal a partir da própria Constituinte é tentar deslegitimar os direitos  
158 conquistados na questão indígena, na questão da mulher, na questão quilombola, na  
159 questão do próprio Ministério Público. Então, uma questão importante é que existem  
160 formuladores para esses discursos, formuladores de peso, da extrema direita,  
161 pensadores. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** pediu a apresentação do novo  
162 conselheiro Adalton de Almeida Martins, representante da Política Federal,  
163 recentemente indicado. Em seguida, pediu que o Conselho elaborasse uma menção



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

164 honrosa ao ex-conselheiro Vladimir Sampaio pelos serviços prestados ao CNDH.  
165 Ressaltou que os casos de violência tratados são explicitados na morte da travesti Laura  
166 Vermont e da tortura de Verônica Bolina dentro da delegacia, em São Paulo. O  
167 conselheiro trouxe também o caso do cidadão Gabriel Scarcelli que está preso com mais  
168 três pessoas por um ato de um delegado da Polícia Federal, que teve seu telefone celular  
169 roubado e estaria tentando incriminar os cidadãos, sem provas. Segundo o conselheiro,  
170 foi montada uma operação com cem homens que ocuparam uma favela na Vila Mariana.  
171 Um dos presos está sendo acusado de onze assaltos, e outro preso, de cinco, e seriam  
172 pessoas que, segundo a comunidade, são trabalhadores que jamais tiveram qualquer  
173 ligação com o crime. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** apresentou também sua  
174 preocupação em relação aos Planos Municipais de Educação que não estão respeitando  
175 as diretrizes contidas no PNE, principalmente no que trata do respeito à questão de  
176 gênero. O conselheiro **Adalton Martins (PF)** se apresentou, informou que é delegado  
177 de Polícia Federal, e que atua na Coordenação Geral de Defesa Institucional que é  
178 vinculada a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal. Falou que o aumento dos  
179 casos dos crimes na internet não é apenas de crimes ódio, mas também os casos de  
180 pornografia infantil. Falou que o caso relatado da Polícia Federal não é o padrão.  
181 Informou que para cada ação há a necessidade de mandados. O Conselheiro **Gabriel**  
182 **Sampaio (MJ)** salientou que o Ministério da Justiça é um espaço de defesa e garantia  
183 de direitos, inclusive às situações relatadas e que envolvem a Força Nacional ou da  
184 Polícia Federal. Pediu que esta denúncia fosse apresentada formalmente ao MJ para que  
185 se possa realizar a apuração em relação a esses casos. A conselheira **Cristiana de**  
186 **Holanda (ABO)** informou que foi realizado em Rio Branco, capital do Acre, a primeira  
187 Conferência Conjunta dos Direitos Humanos, cujo tema foi “Fortalecer e Avançar a  
188 Política dos Direitos Humanos”. A conferência LGBT será realizada até novembro. A  
189 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** colocou como ponto de discussão a representação  
190 dos suplentes. A Coordenadora-Geral **Maria Gutenara** informou que conversou com a  
191 conselheira Silvana, a quem tinha enviado convites às reuniões ordinárias anteriores, e  
192 informou que alguns atos da Secretaria Executiva do CNDH estavam sendo  
193 questionados e que a questão da convocação oficial de conselheiros tem previsão  
194 regimental para os conselheiros titulares e para conselheiros suplentes, na ausência dos  
195 titulares. Contudo, para que se possa garantir a participação daqueles suplentes que  
196 precisam de autorização de seus órgãos ou entidades e que não gerarão despesas para a  
197 SDH, sugeriu que a convocação fosse enviada pelo presidente aos conselheiros titulares,  
198 como previsto no regimento, e que a Secretaria Executiva emitisse convite nominal a  
199 cada um dos suplentes. A proposta foi aceita pelo Plenário. O conselheiro **Aurélio Rios**  
200 **(PGR)** afirmou que deve ter ocorrido um ruído de comunicação, mas que agora deve  
201 ficar bem claro que a Secretaria Executiva do CNDH poderá tomar todos os atos pra  
202 inclusão dos suplentes. Disse que também faz parte de um órgão do Estado e que  
203 realmente é cobrada uma série de burocracias, de justificativa, para a presença em

204 qualquer evento e, por isso, o convite tem que ser pessoal. A conselheira **Luciana**  
205 **Lóssio (CNJ)** reforçou a grande contribuição da Desembargadora Silvana Abramo nas  
206 discussões nas Plenárias do CNDH. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugere  
207 que todos os suplentes, tanto da sociedade civil quanto do Poder Público sejam  
208 formalmente convidados e ressaltou as contribuições da conselheira Silvana Abramo,  
209 em especial nas áreas do trabalho escravo e do direito do trabalhador. Em seguida, o  
210 conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** trouxe o informe sobre a condenação do  
211 Conselheiro Cristian Ribas por fazer uma manifestação na Assembleia Legislativa de  
212 Tocantins e que o fato seria preocupante, pois trata da criminalização dos movimentos  
213 sociais. Falou da sua preocupação na dificuldade de acesso da população pobre às  
214 universidades federais e que a formação dos juízes que não vieram dessas classes  
215 refletem na política excludente. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** relatou  
216 sobre o processo que responde como réu, que se refere a uma intervenção na frente da  
217 Assembleia Legislativa de Tocantins, em outubro de 2013 e que o que estaria sendo  
218 criminalizado e ceifado seria o direito da livre manifestação. Falou que algumas  
219 organizações estão apresentando uma nota de solidariedade. O conselheiro **Carlos**  
220 **Magno (ABGLT)** pediu para incluir a ABGLT na nota. O conselheiro **Gabriel**  
221 **Sampaio (MJ)** fez então o encaminhamento em relação ao caso: o conselheiro Cristian  
222 Ribas mandaria a documentação do caso aos conselheiros e a nota que as organizações  
223 estariam assinando. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro Pedro Saldanha. O  
224 conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** apresentou a situação do caso relatado pela  
225 senhora Vera Lucia em Curitiba, mãe de um piloto brasileiro que teve o avião abatido  
226 no Peru. Disse que verificou internamente no Itamaraty e confirmou que a Embaixada  
227 brasileira em Lima tem prestado toda a assistência necessária. Como ações da  
228 Embaixada relatou que já foram feitas seis visitas e que foi possível transferir o cidadão  
229 brasileiro da prisão onde ele se encontrava no interior do país pra Lima. Por meio da  
230 embaixada, foi possível conseguir um Defensor Público local. Finalmente falou que o  
231 assunto está sendo tratado no mais alto nível, inclusive pelo Ministro da Justiça,  
232 Eduardo Cardozo. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** informou sobre a sanção  
233 da Lei 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, no dia seis de junho de 2015,  
234 pela Presidenta Dilma e que o desafio é colocá-lo em prática. A Secretária Executiva do  
235 CNDH **Maria Gutenara** falou da necessidade da elaboração dos fluxos de denúncias e  
236 representações que o CNDH recebe e do fluxo sobre o procedimento de apuração de  
237 condutas e situações contrárias aos direitos humanos. Esses são procedimentos que  
238 estão previstos no regimento interno do Conselho e que o Conselho precisa construir.  
239 Além disso, há também a necessidade de se criar um protocolo sobre a destituição dos  
240 conselheiros, que também ficou previsto no regimento. Dessa forma, ficou decidido  
241 pela constituição de duas comissões: uma que trataria sobre o estabelecimento dos  
242 fluxos de denúncias e representações composta pelos conselheiros Rildo Marques,  
243 Dirlene Marques, Claudionor Barros, Ivana Farina e Assessoria Jurídica da SDH/PR e  
244 outra comissão responsável pela definição dos procedimentos de apuração das situações  
245 e condutas contrárias aos direitos humanos, composta pelos conselheiros: Aurélio Rios,  
246 Luciana Lóssio, Everaldo Patriota, Paulo Maldos, Gabriel Sampaio e Adelar Cupsinski  
247 e Assessoria Jurídica da SDH/PR. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** iniciou o



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

248 relato informando da missão da comissão de alimentação adequada realizada nos dias  
249 27 e 30 de maio de 2014. Foram duas terras indígenas visitadas, terra indígena  
250 Arariboia e Governador. A denúncia central no caso dessas comunidades é a invasão  
251 dos madeireiros na região que já está demarcada. Então as comunidades estão  
252 totalmente voltadas pra defesa do território, que de alguma forma tem comprometido a  
253 produção alimentar. Segundo o relato, as comunidades se queixam também dos órgãos  
254 ambientais, principalmente do estado do Maranhão. A questão educacional da  
255 comunidade está toda judicializada no estado. Relatou que o Ministério Público fez três  
256 inquéritos que resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta. Houve ainda no  
257 relato queixas com relação à SESAI e que no município de Amarante haveria cota pra  
258 atendimento de indígenas no hospital. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)**  
259 reforçou que as populações indígenas no Brasil estão mais vulneráveis, mesmo nas  
260 áreas demarcadas. Complementou que em maio deste ano foi assassinado uma liderança  
261 por conta de conflitos com madeireiros. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** questionou o  
262 porquê de essas violações estarem na comissão de Alimentação adequada, já que a  
263 principal violação é o acesso à justiça. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)**  
264 respondeu que nas missões onde há insegurança alimentar, a questão do território é  
265 quase sempre central. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** informou que encaminhou  
266 o relatório ao Presidente da FUNAI e também para à assessoria indígena do Ministério  
267 da Justiça, para que possam prestar informações e esclarecimentos. Informou ainda que  
268 foram feitas mesas de negociação no caso do Mato Grosso do Sul, relacionadas à terra  
269 de Buriti, e que o Ministério está analisando três terras na região pra que os conflitos  
270 parem. Segundo o conselheiro, o fato da constituição vedar a indenização aos  
271 proprietários ou aqueles que ocupam as terras indígenas, tem sido uma das maiores  
272 tensões que envolvem o conflito e que existe em tramitação a PEC 71 de 2011, que  
273 busca alterar a constituição para permitir a indenização. O governo tem sofrido pressões  
274 em relação a PEC 215 e que no próximo semestre é passível de haver um relatório da  
275 comissão que aprecia a PEC. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** finalizou sugerindo  
276 que deva haver por parte da comissão uma reunião com a representação da FUNAI em  
277 Brasília e sugestões para a criação de um marco normativo. O conselheiro **Paulo**  
278 **Maldos (SDH)** disse que a palavra mais adequada para o caso é que seja garantida a  
279 desintração das terras indígenas invadidas no Maranhão. O segundo ponto seria a ação  
280 do Estado para impedir a continuidade das ações criminosas no interior e no entorno das  
281 terras indígenas e a fiscalização permanente dessas regiões. O conselheiro  
282 complementou que se trata de defender as terras da União. O conselheiro **Adelar**  
283 **Cupsinski (CIMI)** disse que o governo deixou muito a desejar nos últimos anos na  
284 questão indígena, mas que a FUNAI, a SDH e a SG têm aberto espaços recentemente  
285 para o diálogo, para que se cobre também de outros Ministérios, inclusive do Ministério  
286 da Justiça. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu mandar um documento  
287 para a Presidenta da República. A conselheira **Vera Paiva (CNP)** concordou com o

288 conselheiro Everaldo Patriota em consolidar em um documento e encaminhar à  
289 Presidência da República. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** colocou como  
290 sugestão de que, feito o relatório, seja realizada uma reunião com os órgãos envolvidos.  
291 Caso a resposta do órgão não for suficiente, encaminhar a recomendação à outra  
292 autoridade, ao Ministério Público ou outra instância. O conselheiro **Luciano Mariz**  
293 **Maia (PGR)** falou inicialmente da sua análise do relatório e disse que as  
294 recomendações devem ter o nome dos órgãos responsáveis para os quais se dirigem. O  
295 conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** relatou então o encaminhamento que é o contato  
296 com os órgãos responsáveis para o cumprimento das recomendações. O conselheiro  
297 **Paulo Maldos (SDH)** solicitou a correção no texto do relatório que descreve: cerca de  
298 14% das áreas indígenas no Maranhão estão em processo de demarcação, mas que, na  
299 verdade, a terra indígena Awá-Guajá já está demarcada e homologada. O conselheiro  
300 **Gabriel Sampaio (MJ)** pediu que os conselheiros enviassem as sugestões pontuais ao  
301 relatório ao conselheiro Claudionor Barros e que enviaria algumas sugestões em relação  
302 às portarias e os decretos. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** sugeriu que seja  
303 feita uma aproximação com o município onde ficam as terras indígenas para uma  
304 melhor execução das recomendações. Dando por encerrado esse ponto de pauta, a  
305 conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** colocou para o debate a avaliação do Relatório da  
306 CPI dos jovens negros e pobres. Antes do debate, o conselheiro **Leonildo Monteiro**  
307 **(MNPR)** mostrou sua preocupação sobre a dinâmica do Conselho, após sete meses de  
308 vigência. Disse que os casos tratados no CNDH como o de Cabula não tiveram mais  
309 acompanhamento, que a maioria de violações está sendo perpetrada por agentes  
310 públicos e que o CNDH não deveria se pautar apenas pelos casos midiáticos. Sobre o  
311 caso trazido pelo conselheiro Rildo Marques, a conselheira **Vera Paiva (CNP)** disse  
312 que irá fornecer o material sobre o caso aos conselheiros Adalton, da Polícia Federal, e  
313 ao conselheiro Gabriel Sampaio, do Ministério da Justiça, para o acompanhamento.  
314 Voltando à pauta da reunião, o conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** apresentou  
315 de forma resumida os trabalhos da CPI da Câmara sobre a violência contra os jovens  
316 negros e pobres. Segundo o conselheiro, a CPI se instaurou após a publicação do  
317 relatório Mapa da Violência. A CPI teve entre outros objetivos, fazer a oitiva da  
318 população atingida pela violência. A Comissão realizou 34 audiências e cinco reuniões  
319 deslocadas, em um período de 120 dias. A CPI apontou que mais de 71% das vítimas  
320 são jovens negros e 93% são do sexo masculino. O relatório da CPI discute com  
321 bastante propriedade o aspecto da cultura de violência, da banalização do racismo. A  
322 morte de um jovem negro sensibiliza menos, comove menos do que a morte de um  
323 jovem branco. O relatório incorporou o termo genocídio da juventude negra, termo  
324 muito utilizado pelos movimentos sociais, e que esse seria o principal marco histórico  
325 do ponto de vista do Parlamento, se tratando de um órgão do Estado. O relatório traz  
326 recomendações que coincidem com os publicados pelo antigo CDDPH e no PNDH3,  
327 como o fim dos autos de resistência, a desmilitarização das polícias, as ouvidorias  
328 independentes e a autonomia nos processos periciais e investigatórios. A proposta do  
329 conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** é que o CNDH se manifeste apresentando  
330 a importância dos pontos que foram simbolicamente reafirmados por esse relatório da  
331 CPI, para que favoreça que esse relatório seja apropriado pelos movimentos sociais e



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

332 absorvido pelas organizações. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** disse que os  
333 negros ainda vivem a escravidão, pois a visão dos policiais sobre os cidadãos negros  
334 representam uma grade, são reprimidos diariamente nas ruas e citou o ativista Frei Beto  
335 que disse que a política no Brasil é que nem feijão, só funciona na pressão. A  
336 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** informou que no relatório não foi colocado à  
337 questão de gênero, LGBT e homofobia e que gostaria de ler o relatório, como também  
338 que seria importante que todos se aprofundassem no tema, antes de apresentar o apoio.  
339 O conselheiro **Luciano Mariz Maia (PGR)** disse que o Mapa da Violência traz o  
340 recorte de que os jovens negros são as vítimas preferenciais das forças policiais, que  
341 atuam como um “cinturão sanitário”, conforme expressão dos sociólogos Paulo Sergio  
342 Pinheiro e Sérgio Adorno. Disse que uma CPI não é um órgão de investigação nem  
343 substitui a Academia com o rigor científico. Disse que a função de uma CPI é para  
344 trazer a tona um tema muitas vezes esquecido, muitas vezes deixado de lado, para trazer  
345 para conhecimento da sociedade as providências que merecem ser adotadas. Afirmou  
346 que uma preocupação no âmbito interno e externo é o uso da expressão genocídio.  
347 Segundo o conselheiro não há dúvida que são atrocidades, execuções sumárias. Falou  
348 que é possível identificar com clareza racismo institucional em decisões do Tribunal de  
349 Justiça de São Paulo, por exemplo. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** disse que o  
350 termo genocídio é um termo muito forte, é um termo que surgiu por volta de 1944  
351 quando do extermínio dos judeus na Alemanha nazista, que é o extermínio de uma raça  
352 e que não teria como afirmar com muita certeza que seria o caso do Brasil. Pediu  
353 cautela em razão das consequências práticas que o uso dessa terminologia pode gerar  
354 externamente. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** também manifestou sua  
355 preocupação com o uso da terminologia “genocídio” para explicar as mortes da  
356 juventude negra e que não existiriam requisitos que qualificariam a situação como um  
357 caso que deva se usar o termo técnico de genocídio. O conselheiro **Everaldo Patriota**  
358 **(OAB)** disse que seria necessário todos terem um amadurecimento maior sobre o  
359 conteúdo do relatório para que o CNDH possa tomar uma posição com prudência, com  
360 propriedade. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** reforçou o posicionamento relativo  
361 ao termo genocídio, apresentado pelo conselheiro Pedro Saldanha do MRE. Disse que é  
362 importante ter atenção com a totalidade das recomendações, já que ela trata de alguns  
363 pontos legislativos que geram discussões que exigem profundidade. O conselheiro  
364 **Rildo Marques (MNDH)** concordou com as palavras do conselheiro Luciano Mariz  
365 Maia e elogiou o trabalho da CPI, que fez inclusive, audiências em vários locais do  
366 Brasil. Disse que não entendeu as ponderações sobre o não recorte de gênero, uma vez  
367 que se trata de crimes contra vítimas que são 91% do sexo masculino. Afirmou que o  
368 próprio processo da segurança pública e a forma como o nosso modelo societário está  
369 estruturado pode fazer com que a segurança pública seja um extensor dessa higienização  
370 que a própria sociedade racista propõe, usando essas instituições pra alcançar os seus  
371 objetivos segregacionistas. Nesse sentido, acha que o Conselho tem que louvar essa

372 iniciativa. Disse que essa pauta trazida pelo conselheiro Cristian é uma pauta muito cara  
373 hoje pra sociedade brasileira e que o CNDH está há quatro reuniões discutindo Belo  
374 Monte e não foi discutida a questão da juventude negra. Reforçou que a sociedade, os  
375 movimentos exigem que este Conselho tenha um posicionamento sobre esse tema. O  
376 conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** disse que o movimento LGBT acha importante  
377 aparecer o recorte de gênero nos relatórios de violência porque realmente a  
378 vulnerabilidade aumenta a partir das identidades de gênero. O conselheiro **Cristian**  
379 **Ribas (ENEGRECER)** disse que não cabe ao Conselho aprovar esse relatório já que  
380 ele já foi aprovado pela CPI. A proposta era que o Conselho se manifestasse com  
381 relação à existência do relatório, sobre o seu apontamento da existência do genocídio da  
382 juventude negra, a qual achava que fosse pacífico, pelo menos do ponto de vista da  
383 sociedade civil do CNDH. Disse que o relatório foi enviado às conselheiras e aos  
384 conselheiros uma semana antes e que pareceu que os conselheiros mostraram uma  
385 indisposição prévia com relação a esse documento. Afirmou que o racismo  
386 dessensibiliza tanto o homem negro ou a mulher negra em uma forma não humana, e o  
387 que não é humano não tem a sua relevância. Concorda então que se faça uma discussão  
388 do ponto de vista conceitual e político sobre a questão do genocídio da juventude negra.  
389 A conselheira **Vera Paiva (CNP)** disse que foi convencida no processo do debate com a  
390 comunidade negra que a palavra genocídio é importante, assim como a palavra racismo  
391 é utilizada sem que exista uma distinção de raça humana biológica. Pediu para o  
392 conselheiro Cristian não tomar as ponderações como um abandono da questão ou  
393 irrelevância da matéria, principalmente porque todos se manifestaram que essa é uma  
394 questão central no Brasil atual. Informou que o Conselho Federal de Psicologia vai  
395 promover um debate no dia 12 de agosto com o tema do genocídio. O conselheiro  
396 **Gabriel Sampaio (MJ)** encaminhou então que esse tema pode ser retomado na próxima  
397 reunião. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** apresentou duas propostas que fazem  
398 parte de projetos desenvolvidos pelo CNJ. A primeira seria para que o CNDH emitisse  
399 uma recomendação em apoio ao projeto sobre as audiências de custódia, também  
400 conhecidas como audiência de apresentação. O projeto tem como o objetivo enfrentar o  
401 problema da superlotação carcerária, uma vez que existem trabalhos que afirmam que  
402 45% das prisões seriam desnecessárias. Citou o caso da audiência de custódia realizada  
403 em São Paulo, quando no primeiro dia, dos 24 detidos, 17 foram soltos. O conselheiro  
404 **Everaldo Patriota (OAB)** lembrou que os responsáveis por implementar as audiências  
405 de custódia nos estados são os Tribunais de Justiça. Sugeriu que o CNDH falasse com  
406 cada presidente dos Tribunais de Justiça. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)**  
407 acredita que o número de estados que irão aderir às audiências de custódia irá aumentar,  
408 já que o DEPEN está vinculando o repasse de recursos à instalação dessas audiências.  
409 Relatou ainda a tramitação do PL554/2011 no Senado que trata sobre as audiências de  
410 custódia. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** apresentou a segunda proposta que é a  
411 criação de um projeto no Poder Executivo, nos moldes do existente no poder judiciário  
412 que apoia a reinserção dos presos, egressos do sistema penitenciário ao mercado de  
413 trabalho, determinando que o poder judiciário facultasse dez por cento de vagas de  
414 cargos comissionados para egressos, para pessoas que estiverem em regime semiaberto,  
415 que podem trabalhar e aqueles egressos também do sistema penitenciário. O conselheiro



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

416 **Gabriel Sampaio (MJ)** informou que se reuniu com o secretário do DEPEN Renato de  
417 Vito para a criação de um plano de redução de homicídios. Nesse plano existe a parte da  
418 questão de reintegração social e que seria interessante estudar a incorporação dessa  
419 proposta e fazer um trabalho conjunto. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** resumiu  
420 os encaminhamentos, que foi a aprovação da recomendação da audiência de custódia,  
421 contendo um adendo incluindo o PLS 554/2011 e o trabalho conjunto com o MJ sobre a  
422 reinserção dos presos, egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho.  
423 Finalizando o conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** registrou a presença de  
424 integrantes do MNPR Vanilson, Maria Lucia e Mauricio. O conselheiro **Gabriel**  
425 **Sampaio (MJ)** deu por encerrada o primeiro dia da reunião plenária. O segundo dia da  
426 7ª reunião plenária do CNDH, realizada no dia 24 de julho, foi aberta pela Vice-  
427 presidente do Conselho **Ivana Farina (CNPB)**, que saudou a todas e trouxe o informe  
428 do conselheiro Leonildo Monteiro que o dia 19 de agosto é o dia de luta da população  
429 em situação de rua e que terá nos dias 7, 8 e 9 de outubro o encontro nacional em  
430 Brasília. Em seguida a Vice-presidente colocou para o debate o relatório da visita à  
431 UHE de Belo Monte. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** relatou os limites que  
432 tiveram para a realização da missão, pois só foi viabilizada a ida de dois conselheiros. A  
433 presença de um representante do GT Atingidos por Barragens e mais um conselheiro foi  
434 custeada pela Plataforma Dhesca. Disse que a outra dificuldade foi entender qual que  
435 era o papel dessa missão, pois existia a solicitação do MAB e o convite pelo Ministério  
436 Público, e o que consta deliberado na ata é que era apenas pra acompanhar a atividade  
437 do Ministério Público. Essa vinculação da missão com o MP, segundo a conselheira  
438 dificultou alguns agendamentos necessários pra viabilização da missão. Propôs também  
439 que o CNDH se debruçasse para concretizar melhor as recomendações. A conselheira  
440 fez a síntese do relatório. Descreveu a grandiosidade do empreendimento, sendo a 3ª  
441 maior hidrelétrica do mundo. Desde o início sua construção teve forte resistência dos  
442 ambientalistas e da igreja católica, o que reduziu seu escopo e amenizou o problema.  
443 Mas seu impacto é sabidamente devassador, como será visto no relatório, e foi mantido,  
444 pois faz parte do projeto desenvolvimentista do governo, implicando em um  
445 deslocamento de umas 20 mil pessoas, atingindo várias aldeias indígenas. O custo  
446 previsto de 19 bi, em 2013 já estava em 28,9 bi. O primeiro licenciamento foi aprovado  
447 em 2010. A segunda etapa, que se refere ao licenciamento de instalação, foi aprovada  
448 em janeiro de 2011 e o terceiro licenciamento, que se refere à etapa de operação, está  
449 ainda pendente. Fez ainda a apresentação das pessoas que compuseram a missão e a  
450 inspeção do MPF e de como funcionou os quatro dias da missão. Sintetizou o primeiro  
451 encontro com o MPF e falou das 55 constatações do MPF, destacando algumas delas: as  
452 *premissas do plano básico ambiental estão sendo descumpridas, no processo de*  
453 *remoção compulsória dos Ribeirinhos, atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica*  
454 *de Belo Monte, com risco de perda definitiva do modo de vida desses grupos e de grave*  
455 *violação direitos humanos; verifica-se um descompasso entre a velocidade que a*

456 empresa Norte Energia impôs ao processo de remoção compulsórias com vistas à  
457 obtenção da licença de operação de Belo Monte e as medidas que deveriam ser  
458 adotadas para que os Ribeirinhos detenham condições de suportar esse processo sem  
459 riscos a sua sobrevivência física e cultural; verificou-se que a empresa Norte Energia  
460 impõe aos Ribeirinhos a necessidade de escolher entre ser reparado por sua casa na  
461 cidade, ou pela sua moradia na ilha, quando as duas lhe são igualmente essenciais de  
462 modo que o processo deveria garantir condições para a reprodução de seu modo de  
463 vida; verificou-se que ao exigir-se do pescador que opte entre ser rural ou ser urbano,  
464 está se impondo a necessidade de abrir mão de uma parte de um todo indivisível,  
465 indispensável ao seu modo de vida e a sua subsistência; deveria ser ofertada aos  
466 atingidos aos quais se reconhece a moradia, opções aptas da manutenção das  
467 condições que detinham antes do processo em especial pela sua permanência próximo  
468 ao Rio Xingu, mediante a possibilidade e escolha ente uma área de reassentamento  
469 rural coletivo, uma área de reassentamento em área remanescente ou uma área  
470 adquirida mediante realocação assistida, e em sendo a escolha do afetado uma  
471 indenização apta a recompor sua condição anterior; não se verificou sequer um projeto  
472 de um reassentamento rural coletivo para os ribeirinhos que contempla a necessidade  
473 de se manterem próximo ao rio; uma vez que não se verificou a oferta diária próxima  
474 ao rio aptas a satisfazer as expectativas dos atingidos e a manutenção do seu modo de  
475 vida, que a carta de crédito não cumpre esse papel, verificou-se que a escolha dos  
476 ribeirinhos não se faça por aquelas que se lhes apresentam como melhor opção, passo  
477 isso diante da inadequação das alternativas indicadas, pela única possibilidade  
478 efetivamente existente a indenização; não se verificou neste processo um verdadeiro  
479 direito de opção e os ribeirinhos estão sendo coagidos a aceitar a indenização. Restou  
480 evidente que a indenização ofertada é inapta a recompor o modo de vida dos grupos  
481 Ribeirinhos e a permiti-lhes a visualização de uma vida futura; os parâmetros de  
482 avaliação patrimonial das benfeitorias construtivas existentes no local utilizadas pela  
483 empresa Norte Energia mostraram-se inadequados para aferir o que a ilha representa  
484 para os ribeirinhos, uma vez que o alimento e o peixe são fornecidos naturalmente pelo  
485 rio; grupos familiares que sempre viveram juntos em uma mesma ilha e que foram  
486 chamados a negociar individualmente com soluções diferenciadas para cada caso;  
487 famílias desestruturadas, isoladas em áreas rurais distantes do rio com vínculos sociais  
488 e comunitários rompidos; não se verificou a existência de um verdadeiro processo de  
489 negociação com apresentação unilateral da proposta por parte da empresa Norte  
490 Energia a qual os atingidos são chamados aderir com alternativa de desapropriação da  
491 área; pescadores analfabetos negociando diretamente com a empresa com termo de  
492 opção assinada em branco; ausência completa de assistência jurídica gratuita; famílias  
493 desinformadas quanto aos seus direitos e aos seus documentos que possuem; famílias  
494 desinformadas sobre o projeto de Belo Monte, desinformada sobre o que vai acontecer  
495 com o rio, com suas ilhas, bem como sobre a real necessidade de sair. Famílias  
496 desinformadas sobre a eventual possibilidade de permanecerem nas ilhas mais altas.  
497 Após a leitura das constatações a conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** lembrou as  
498 deliberações do CNDH na reunião do dia 11 e 12 de junho, no sentido de que fizesse  
499 gestão junto ao Tribunal de Justiça do Pará e ao juiz da comarca solicitando a suspensão



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

500 das liminares em ação de reintegração de posse que poderiam levar ao despejo forçado  
501 de mais de duas mil famílias em Altamira e Vitória do Xingu, e acionasse a Ouvidoria  
502 Agrária Nacional e a Secretaria Geral para incidência direto nos casos de violação e  
503 remoções compulsórias. O CNDH também em resposta auxiliar a essa solicitação do  
504 MPF deliberou pelo envio do ofício ao IBAMA pra que faça uma gestão junto a Norte  
505 Energia, no sentido de que sejam suspensas todas as remoções dos ribeirinhos. Fez um  
506 rápido relatório das visitas, reuniões e audiências públicas com os atingidos e órgãos  
507 públicos, mostrando com as violações afetam categorias diferentes, atingindo das  
508 formas mais distintas: profissões não reconhecidas, pois consideradas superadas,  
509 profissões femininas, pois executadas dentro de casa, a perda da moradia e nem a  
510 metade foi reconhecida, o reassentamento que não está sendo feito de forma adequada  
511 sendo que a empresa joga a responsabilidade para a prefeitura e esta para a empresa,  
512 criminalização dos movimentos sociais, dificuldade do acesso à justiça, piora das  
513 condições de vida na cidade com a precarização da saúde, educação, moradia. Deu  
514 destaque a situação dos povos indígenas com a denúncia de cooptação das lideranças e  
515 da desagregação das aldeias e a precarização de suas vidas, quando vem para a cidade.  
516 Na CASAI, casa que recebe os indígenas, comporta até 80 pessoas e hoje tem em torno  
517 de 250. As condições são péssimas. Ressaltou a piora da moradia em geral levando as  
518 pessoas, sem condições de pagar aluguel, a fazer ocupações. Citou uma fala que  
519 expressa bem à situação dos pescadores: “hoje não sei quem sou. Antes era pescador.  
520 Hoje vivo de cesta básica”. Citou o despejo que presenciaram e as ofensas que as  
521 pessoas sofrem quando vão reclamar. Da reunião final do CNDH com o MPF com a  
522 participação dos órgãos públicos e da empresa, onde, depois de ouvir as diversas  
523 intervenções dos que participaram da missão, ouviram os representantes da empresa. É  
524 importante destacar que os representantes manifestaram que iriam se manifestar após o  
525 recebimento do relatório, mas que fariam algumas questões: quando estão no limiar da  
526 concessão da Licença de Operação a comunidade se mobiliza mais para apresentar  
527 reivindicações. E, afirmaram que “da grandeza do empreendimento, decorre a grandeza  
528 dos problemas levantados” e comentaram alguns pontos. Finalmente, a conselheira  
529 citou rapidamente os diversos direitos humanos violados, passando para a palavra à  
530 conselheira Vera Paiva (CFP) que fez a leitura das recomendações, tendo como  
531 destaque a recomendação final: “recomenda ao IBAMA a não concessão da licença de  
532 operação à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sem que todas as condicionantes do PBA  
533 sejam efetiva e integralmente implantadas pela NESAs”. A vice-presidente **Ivana**  
534 **Farina (CNPGE)** concedeu a palavra ao conselheiro Paulo Maldos, que também fez  
535 parte da missão que foi à Belo Monte. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** disse que  
536 ficou mais um dia em Altamira após a missão, já que a procuradora pediu para a SDH  
537 contribuir na articulação política. Disse que logo quando retornou à Brasília falou  
538 imediatamente com a Secretaria Geral da Presidência, com a doutora Erika Borges, da  
539 Secretária Nacional de Articulação Social, que articulou desde então um grupo de

540 trabalho para se debruçar sobre a situação específica dos pescadores e ribeirinhos. O GT  
541 é formado por integrantes do IBAMA, do MPA, da SPU, da NESA, da FUNAI , do  
542 MPOG, do MME, do MJ , do MPA e da AGU. O conselheiro complementou as  
543 informação no que se refere à questão das ilhas e que o grupo verificou que das  
544 seiscentas ilhas atingidas, mais de quatrocentas não serão afetadas pelo enchimento da  
545 barragem e por isso o modo de vida das populações que ocupam essas ilhas serão menos  
546 afetados. Dessa forma, foi acordado com a Norte Energia para a manutenção dessa  
547 população nas ilhas, mudando então a perspectiva que se tinha. O conselheiro **Everaldo**  
548 **Patriota (OAB)** apresentou sua preocupação de que após a liberação da licença de  
549 operação as condicionantes pendentes não serão resolvidas e o problema ficaria para o  
550 prefeito resolver, conforme ocorreu com todas as barragens construídas. Complementou  
551 que a Usina de Belo Monte foi uma imposição do estado, não interessou ao capital  
552 internacional. Sua composição societária, embora formalmente seja privada, na verdade  
553 não existiria sem a participação da Vale e dos Fundos de Pensão, o mesmo se diga com  
554 relação ao financiamento do BNDES, sobre os quais o estado tem decisiva influência,  
555 pode-se afirmar, sem exagero que, Belo Monte é do Estado. O histórico das  
556 hidroelétricas no Brasil sempre foi o de não cumprir com as condicionantes impostas  
557 pelos órgãos ambientais, basta lembrar o exemplo da Chesf que deveria construir uma  
558 barragem em Pão de Açúcar, para regularizar a vazão do rio São Francisco até a foz e  
559 nunca fez isso, era caro e não tinha aproveitamento energético, ou ainda, o exemplo da  
560 usina de Xingó, na qual somente se cumpriu, plenamente, dezoito das trinta e quatro  
561 condicionantes, a escada para os peixes fazerem a piracema, nunca foi feita porque a  
562 barragem era alta e escada muito cara. Disse que é sempre assim, o empreendedor diz  
563 que cumprirá todas as condicionantes, é cheio o reservatório, começa a operar e ponto  
564 final. A situação do rio São Francisco é desesperadora, a vazão atual de 900 m<sup>3</sup> por  
565 segundo, se não chover será reduzida para 700 m<sup>3</sup> por segundo, a cunha de salinidade já  
566 chegou em Piaçabuçu, onde se pesca robalo, e avança rio acima. Liberar a licença de  
567 operação, com as condicionantes pendentes, se repetirá a mesma história. O conselheiro  
568 **Aurélio Rios (PFDC)** saudou a todas e a todos e disse que tudo que está contido no  
569 relatório representa a absoluta expressão da verdade. Disse que pelas denúncias  
570 apresentadas pelo Conselho, pelo Ministério Público e por instituições não  
571 governamentais, como o ISA, mostram que a usina Belo Monte não tem condições de  
572 receber licença para a operação. Relembrou as dezenas de ações propostas pelo  
573 Ministério Público, das imensas promessas feitas e que pouquíssimas foram cumpridas.  
574 O reconhecimento das comunidades como ribeirinhas e não como urbanas é de  
575 fundamental importância. Disse que o que parece é que as instituições que estavam no  
576 comando das obras não entenderam a complexidade dessa população. O conselheiro  
577 **Adelar Cupsinski (CIMI)** trouxe a preocupação de que esse modelo de  
578 desenvolvimento possa ser reproduzido em outros oitenta empreendimentos, colocando  
579 em risco toda a Amazônia. A Vice-presidente **Ivana Farina (NCPG)** passou a palavra  
580 ao representante da Secretaria Geral da Presidência, **Gustavo Augusto**, que ressaltou o  
581 trabalho da SG com os demais ministros para encontrar saídas e soluções para as  
582 questões apontadas. Segundo o representante, existem questões principais que foram  
583 colocadas: o acompanhamento sistemático de todas as condicionantes, o componente



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

584 indígena, as questões e demandas que são trazidas pelos movimentos sociais da região e  
585 os ribeirinhos. Disse que, em relação aos ribeirinhos, está suspensa qualquer operação  
586 de remoção da população ribeirinha, até que sejam equacionadas as questões que foram  
587 apresentadas. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** pediu a palavra e perguntou ao  
588 representante da SG se haveria a possibilidade de não concessão da licença de operação  
589 ou se todo o arranjo para mitigar algumas violações teriam que ser resolvidas até uma  
590 data determinada pelo governo. O senhor **Gustavo Augusto (SG)** disse que o  
591 licenciamento depende de análises técnicas e também é um processo decisório político.  
592 Disse que compete ao IBAMA a emissão da Licença de Operação e que é um processo  
593 decisório, para além do técnico. Em seguida o conselheiro **Rildo Marques (MNDH)**  
594 perguntou se existe algum fórum de negociação que reconhece as lideranças locais e se  
595 existem reuniões com esse fórum. O senhor **Gustavo Augusto (SG)** citou o Plano de  
596 Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, PDRFX, que é anterior ao início do  
597 empreendimento, no qual existem câmaras técnicas que a sociedade civil participa e que  
598 todos os atores que tiveram a oportunidade de diálogo com o CNDH participam.  
599 Relatou a visita sistemática, mensal, do Governo Federal ao local, nos últimos seis anos.  
600 Além do fórum existem mesas de diálogos com a CONTAG, com o MAB e com os  
601 sindicatos rurais da região. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** questionou ao  
602 representante da SG quem é o responsável por implementar o Plano Básico Ambiental,  
603 e mostrou sua preocupação de ver um governo, que em tese se compromete com os  
604 direitos humanos, estar sofrendo nesse momento a exposição de que é violadora dos  
605 direitos humanos. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** esclareceu a posição do  
606 CNDH em defender a democracia e a constituição e que as críticas apresentadas é no  
607 sentido de resolver as questões em diálogo com o governo. O senhor **Gustavo Augusto**  
608 **(SG)** disse que a Secretaria Geral acolhe com atenção as questões trazidas e que  
609 recentemente o Ministro Miguel Rossetto teve reunião com CIMI e a presidenta Dilma  
610 estará reunida com a CNBB. Em relação ao PBA, acredita que o IBAMA poderia  
611 responder de forma mais qualificada, mas que em síntese o PBA é um documento  
612 apresentado pelo empreendedor e que tem a obrigação de executá-lo. A Vice-presidente  
613 do CNDH **Ivana Farina (NCPG)** convidou o representante do IBAMA que se  
614 inscreveu para falar. O Diretor de Licenciamento Ambiental, **Thomaz Toledo**  
615 **(IBAMA)**, agradeceu a oportunidade e disse que realmente o processo de construção da  
616 Usina Belo Monte é complexo e muitas vezes conflituoso, que enfrenta mais de trinta e  
617 cinco ações civis públicas. E que cada instituição nova que entra no processo, de forma  
618 geral, tem contribuído bastante, apontando as falhas a serem corrigidas no processo.  
619 Discordou em relação a citação feita ao IBAMA no relatório em que diz que o órgão  
620 detectou um desvio de madeira da região. Disse que existe um relatório de vistoria sobre  
621 esse assunto que traria um relato mais oficial do que aconteceu. Disse que o PBA de  
622 Belo Monte envolve mais de cem projetos e que um deles não estava atendendo as  
623 obrigações do PBA. O IBAMA possui uma equipe técnica destacada para acompanhar

624 exclusivamente a UHE de Belo Monte. Disse que a Diretoria do IBAMA emitiu um  
625 ofício à Norte Energia, ofício 7279 de 6 de julho de 2015, em que exige a revisão do  
626 tratamento, que na visão do IBAMA, não estava atendendo ao Programa Básico  
627 Ambiental, estabelece também uma forma de acompanhar essa revisão. O IBAMA  
628 realizou também uma discussão no sentido de tentar auxiliar, construir, uma nova  
629 solução que seja mais adequada para o remanejamento dessas famílias de ribeirinhos e  
630 pescadores, moradores das ilhas e beiradões do reservatório do rio Xingu. O conselheiro  
631 **Everaldo Patriota (OAB)** pediu a palavra e questionou ao representante do IBAMA de  
632 quem é a responsabilidade pela implantação do PBA. Questionou se as madeiras que  
633 estão na área do reservatório serão extraídas antes do enchimento e se o enchimento do  
634 reservatório poderá ocorrer mesmo com as pendências das condicionantes atuais.  
635 Questionou ainda, por que a implantação do PBA de Belo Monte, nas suas palavras,  
636 seria como uma bola de cristal. Se não existiria nenhum projeto análogo ao de Belo  
637 Monte. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que o conteúdo do relatório é  
638 baseado nas denúncias da população e inclusive de representante do IBAMA que estava  
639 presente. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** disse ao representante do IBAMA que o  
640 que é apresentado no relatório do CNDH e do MP é o resultado de uma omissão por  
641 parte governamental que vem de longo período e questionou se a decisão do IBAMA  
642 será técnica ou sofrerá pressões política e econômica que costuma acontecer a  
643 empreendimentos particulares. O representante do IBAMA, **Thomaz Toledo**, disse que  
644 a responsabilidade pela implementação do PBA é da Norte Energia. Sobre a supressão  
645 de vegetação, disse que uma parte da madeira ficará submersa e uma parte da madeira  
646 será extraída, de forma a garantir a qualidade da água, de acordo com os parâmetros  
647 estabelecidos pelo CONAMA. Disse que as questões trazidas pelo relatório do Instituto  
648 Socioambiental vão além das condicionantes, como a evasão escolar. Dessa forma, o  
649 PBA tem que estar em constante revisão, como é o caso do programa de remanejamento  
650 de moradores de ilhas e beiradões do reservatório do rio Xingu, que é necessário ser  
651 criada uma nova solução. Dessa forma, o processo de licenciamento ambiental é  
652 extremamente dinâmico. Então se novos impactos surgirem a qualquer momento, eles  
653 serão refletidos em obrigações do empreendedor, cobradas por meio do licenciamento  
654 ambiental. A avaliação do IBAMA é de que o PBA, especificamente em relação a um  
655 segmento da população, não estaria sendo adequado e exigiu a revisão do tratamento à  
656 Norte Energia, mas que isso não se aplica ao projeto básico ambiental como um todo.  
657 Em seguida a palavra foi aberta ao representante do Ministério das Minas e Energia que  
658 fez algumas ponderações em relação ao projeto e aos problemas apresentados. Disse  
659 que o projeto atual é fruto de uma negociação para que a questão ambiental e a  
660 população sejam menos atingidos, por isso o território atingido é bem menor que o  
661 inicialmente projetado. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPQ)** passou a palavra à  
662 senhora **Veronica Sánchez**, da Secretaria do PAC, do Ministério do Planejamento, que  
663 disse que o leilão de Belo Monte aconteceu em 2009, e no leilão do empreendimento  
664 estavam previstos recursos para financiar um plano de desenvolvimento regional  
665 sustentável na região de Xingu. Acrescentou que o plano foi finalizado e se incorporou  
666 ao edital do leilão. Logo no início, segundo a representante, foi feita uma operação  
667 chamada Operação Cidadania Xingu, que promoveu uma ação de registro civil e de



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

668 regularização fundiária. A SPU fez uma participação enorme na regularização das áreas  
669 dos entornos, das beiras dos rios e das ilhas da região. A estimativa de recursos já  
670 aplicados na região é da ordem de 3.7 bilhões até o momento, sendo 42 obras de  
671 saneamento básico, 37 construções de creches, 46 obras de ampliação e construção de  
672 unidades de ponto atendimento de saúde e de unidades básicas de saúde, 3.800 unidades  
673 habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, nos onze municípios, 500  
674 quilômetros de asfaltamento da BR 230. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** disse que  
675 segundo o Prefeito de Altamira, as obras de saneamento foram de fato feitas, mas que  
676 não houve a ligação das tubulações colocadas com as residências. A representante  
677 **Verônica Sanchez** disse que a Norte Energia está realizando as ligações e tem o  
678 compromisso de concluí-las até setembro, que seria antes da implantação da licença de  
679 operação do empreendimento. Em seguida, o senhor **Luciano Ricardo (SPU)** disse que  
680 a forma de atuação da Secretaria do Patrimônio da União nos últimos 12 anos é do  
681 reconhecimento das populações tradicionais na Amazônia e que a SPU desenvolveu o  
682 Termo de Autorização de Uso, que é um instrumento para garantir a fixação de  
683 populações tradicionais nessas áreas que são incontestavelmente da União. Esses  
684 trabalhos desenvolvidos pela SPU foram iniciados em 2003, no Governo Lula. O senhor  
685 **Fernando Campagnoli**, também da SPU, Coordenador Geral da Amazônia Legal  
686 informou que aproximadamente 50.000 ribeirinhos na Amazônia já receberam o Temo  
687 de Autorização de Uso Sustentável. Disse que existe a possibilidade de realocar as  
688 famílias atingidas nas condições análogas a que viviam, podendo ser mantidos os laços  
689 familiares, as associações e as estruturas criadas podem ser restauradas em um processo  
690 de diálogo com as comunidades. A representante **Letícia Camargo**, do Ministério da  
691 Pesca e Aquicultura, lembrou da importância de se respeitar a tipologia de pesca de  
692 cada comunidade, pois quem pesca no remanso não saberá pescar da mesa forma em  
693 uma área de correnteza e que no projeto básico sustentável já existe um levantamento  
694 das tipologias de pescas da região. O senhor **Arthur Mendes**, representante da FUNAI,  
695 disse que, quanto ao atendimento ao PBA, no momento a FUNAI está elaborando um  
696 relatório técnico, baseado nas visitas às aldeias, consultas às comunidades indígenas e  
697 que foi analisado item por item do que estava previsto no PBA. Informou que existe o  
698 Comitê Gestor do PBA formado por lideranças indígenas e a por representantes do  
699 governo. Segundo o relatório da Ouvidoria da FUNAI, o não acompanhamento por  
700 parte da FUNAI junto às famílias indígenas no momento das negociações tem trazido  
701 diversos prejuízos aos indígenas, os quais muitas vezes não entendem o procedimento e  
702 as ofertas que lhe estão sendo apresentadas. Outro problema encontrado foi a ausência  
703 de esclarecimento dos indígenas envolvidos no procedimento de realocação ou  
704 reassentamento. O processo de reassentamento tem trazido uma ruptura dos modos de  
705 vida das famílias, ocorrendo em alguns casos a separação de famílias que antes viviam  
706 juntas em seus modos de vida tradicionais, criando angústia entre os familiares. Disse  
707 que a FUNAI reconhece todos os povos indígenas mesmo os que não são aldeados e que

708 essa afirmação no relatório do CNDH não corresponde à realidade. Em seguida, a  
709 palavra foi aberta a representante da Norte Energia, a senhora **Clarice Coppetti**, que  
710 disse que já foram realizadas mais de oitenta reuniões como o fórum do  
711 acompanhamento social de Belo Monte e que todas essas reuniões foram documentadas.  
712 Falou que foram construídas mais de trinta unidades básicas de saúde na região, todas  
713 como equipes de saúde da família. Disse que foram realizadas reformas nas salas para  
714 atender mais de vinte mil alunos. Relatou que a atuação do empreendimento diminuiu  
715 drasticamente os casos de malária na região em colaboração com profissionais de saúde  
716 experientes que sempre trabalharam na erradicação de doença no país. Falou que o  
717 empreendimento assumiu as funções que são do Estado, como o saneamento, escola e  
718 saúde. Assumiram funções de qualificação dos servidores públicos de treinamento da  
719 população rural, pequenos produtores. Disse que a chegada do empreendimento  
720 corresponde a chegada do Estado brasileiro naquela região. Falou que o desafio da  
721 execução do PBA é grande e que os estudos foram inúmeros. Outro projeto  
722 desenvolvido pela Norte Energia, segundo a representante, é o de pesquisa  
723 desenvolvimento na área de aquicultura pra trabalhar na empresa e que possibilitará  
724 não só a reprodução das espécies que já estavam em extinção, como o peixe ornamental  
725 Acará Zebra. Fez o convite aos conselheiros e conselheiras visitarem a região ou para  
726 realizarem alguma reunião. Finalizou dizendo que a empresa tem trabalhado dentro das  
727 melhores práticas de governanças, tendo todas as contas auditadas por auditoria  
728 independente. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que a representante da  
729 NESA acaba de pintar o Nirvana, cujo paraíso tem até preço, quinhentos milhões de  
730 reais, disse que pelo relato da representante da Norte Energia dá a impressão de que  
731 tudo está perfeito e que o total empregado para a área social não corresponde a 1,7% do  
732 empreendimento. A conselheira **Maria Madalena (FBSAD)** questionou se há algum  
733 projeto de apoio psicológico às famílias. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse  
734 que a posição da Norte Energia reforça, segundo a conselheira, uma visão equivocada  
735 de desenvolvimento, atrasada, onde não se preserva a biodiversidade, não possui  
736 atenção com a população local. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** disse que as obras  
737 realizadas pela empresa fazem parte das condicionantes exigidas na construção da obra.  
738 E que a percepção que se tem é que a empresa não conseguiu entender a complexidade  
739 da população atingida. Disse da importância de se fazer um acerto com todos os  
740 envolvidos para uma reconstrução, pois não pode existir um empreendimento com  
741 tantas pessoas se sentindo excluídas desse processo. O conselheiro **Cristian Ribas**  
742 **(ENEGRECER)** reforçou a necessidade de reparação da população quanto ao  
743 patrimônio imaterial afetado, como a sua história, os seus locais sagrados e tradições  
744 afetadas. A conselheira **Vera Paiva (CNP)** disse que o relatório do CNDH é um  
745 relatório que traz uma visão dos direitos humanos violados. Que foram mostradas  
746 muitas ações realizações pela empresa, mas que elas não deram certo para mitigar o  
747 sofrimento da população e que não há benefício, no sentido do desenvolvimento, que  
748 justifique as violações de direitos humanos. Disse que gostaria que o relatório fosse  
749 entendido como um convite ao debate e a busca de respostas. A representante do MPOG  
750 **Verônica Sanchez** corrigiu os valores apresentados referentes aos investimentos nos  
751 locais afetados e disse que o valor é na ordem de 3 bilhões e 200 milhões de reais, sendo



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

752 que cerca de um bilhão e 60 milhões seria o investido só na cidade de Altamira. O  
753 representante da Norte Energia, **Amauri**, disse que hoje existem em torno de duzentas  
754 famílias que são assistidas pelo programa de assistência técnica e social dado pela  
755 empresa e que vinculado a esse projeto existe um projeto de reparação que exatamente  
756 se propõe a fazer o resgate de determinados laços das famílias mediante projetos de  
757 incentivo à produção de agricultura familiar. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)**  
758 leu a nota deixada pela representante do Ministério da Pesca e Aquicultura que diz que  
759 o projeto de pesquisa de peixes ornamentais apresentado pela Norte Energia não atende  
760 a demanda gerada com o impacto ao setor pesqueiro e as comunidades atingidas, trata-  
761 se de um empreendimento que não se relaciona de forma alguma com as necessidades  
762 atuais das famílias pesqueiras e por essa razão não deve ser apresentado como benefício  
763 a pesca ou a agricultura na região afetada. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPQ)**  
764 agradeceu o comparecimento e as informações prestadas pelos órgãos e empresa ali  
765 presentes e passou então para as deliberações do caso. O conselheiro **Everaldo Patriota**  
766 **(OAB)** disse acreditar que há um consenso de não aprovar as recomendações do  
767 relatório no momento, mas que seria prudente, em nome dos direitos humanos, em  
768 nome da civilidade, que o CNDH emita um documento se posicionando contra a licença  
769 de operação. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** ressaltou que os casos de  
770 violações dos direitos humanos citados no relatório, nos quais beneficiam alguns grupos  
771 econômicos em detrimento das culturas das comunidades tradicionais tratam-se de casos  
772 de racismo ambiental e sugere que esse conceito seja incorporado ao relatório. O  
773 conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que não vê sentido na antecipação do  
774 posicionamento sobre o licenciamento da operação, destacado do restante das  
775 recomendações, pois não foi realizado todo o mapeamento de todas as informações a  
776 respeito dos casos apontados e que uma moção sobre a redução da maioria penal  
777 seria muito mais urgente, já que a pauta pode ser votada a qualquer momento na  
778 Câmara. Disse que a licença de operação não sairá antes da próxima reunião do  
779 Conselho. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** sugeriu que, pela riqueza de  
780 informações que foram prestadas na plenária pelos diversos órgãos, do governo, seria  
781 importante recepcionar as informações para uma qualificação das conclusões e  
782 recomendações do relatório e que sendo a próxima reunião nos dias 20 e 21 de agosto,  
783 propôs que o caso seja trazido novamente com o conjunto dos subsídios apresentados,  
784 para um posicionamento final do CNDH. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)**  
785 concordou com o posicionamento do Conselheiro Gabriel Sampaio e disse que estariam  
786 antecipando uma decisão que não teria um resultado concreto e propôs que fosse  
787 estabelecido o prazo de dez dias para que os órgãos e empresas que falaram naquela  
788 reunião pudessem enviar por escrito as contribuições que achassem pertinentes à  
789 Comissão que sistematizará o texto do relatório. Em seguida foi aprovada a proposta  
790 por aclamação. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse também ser favorável ao  
791 envio de recomendação contrária a liberação da operação. E sugeriu que se fosse posta a

792 proposta em votação. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** mostrou sua  
793 preocupação pela dificuldade de se fazer uma deliberação pela presença reduzida de  
794 conselheiros. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPQ)** passou a coordenação da  
795 Plenária à Conselheira Luciana Lóssio, uma vez que teria que se ausentar para retornar a  
796 sua cidade. O Conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse acreditar que seja  
797 ruim a aprovação do relatório fragmentado. Sugeriu que o relatório com as  
798 modificações seja disponibilizado aos conselheiros 15 dias antes da plenária para tornar  
799 a decisão do conselho mais célere. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** passou a  
800 palavra ao conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** que disse que não estaria muito claro  
801 que tipo de documento estaria sendo proposto, uma vez que a não aprovação da licença  
802 de operação é também uma recomendação e, dessa forma, não teria sentido em estar  
803 destacada das outras recomendações. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH)** manifestou  
804 sua preocupação em tomar uma decisão nesse horário, com um quorum reduzido,  
805 mesmo formalmente possível e que, caso a proposta de uma manifestação seja  
806 aprovada, que os conselheiros fiquem por mais uma hora para que seja discutido o texto  
807 dessa manifestação. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)**, disse que seria bom que os  
808 conselheiros se aprofundassem mais no relatório depois das ponderações trazidas pela  
809 plenária. Falou que, em sua avaliação, a maioria do Conselho é contrária à liberação da  
810 licença de operação, não só pelo que foi constatado na visita, mas por tudo que foi  
811 trazido pelos representantes governamentais e da NESA, mas que devido ao quórum  
812 reduzido, propôs ao conselheiro Everaldo Patriota a suspensão até a próxima reunião da  
813 votação das recomendações do relatório. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse  
814 que na Plenária se usou o general tempo para que não se deliberasse nada, e que se  
815 tomasse como lição, tal fato não deveria se repetir. Disse concordar com o que foi  
816 colocado pela conselheira Maria Dirlene e pelo conselheiro Paulo Maldos, para o  
817 adiamento da decisão. Ficando a análise do relatório agendada como o primeiro ponto  
818 de pauta a ser discutido na próxima reunião plenária. A conselheira **Luciana Lóssio**  
819 (CNJ) agradeceu a presença de todas e todos de deu por encerrada a reunião.